

AS DEFESAS LITORAIS DE VIANA DO CASTELO DURANTE O SÉCULO XVI

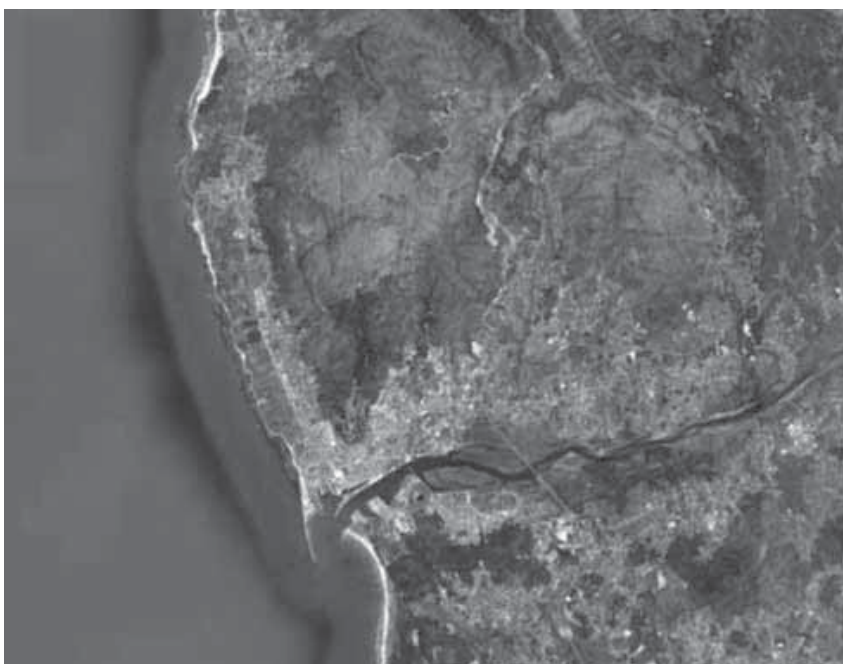
JORGE ALEXANDRE VIANA CORREIA

INTRODUÇÃO

O Castelo de Santiago da Barra localiza-se em Viana do Castelo, junto à foz do Rio Lima, do lado direito. Trata-se de uma construção iniciada nos finais do século XVI, tendo sofrido várias alterações nos séculos seguintes. Já aqui existiam outras construções anteriores. Falarei de todas estas estruturas, centrando no entanto a minha atenção na fortaleza propriamente dita, por esta fazer parte fulcral da história militar e marítima de Viana do Castelo.

Tentarei também comentar a intervenção arqueológica que teve lugar nesta fortaleza e na qual participei, e que trouxe à luz novas descobertas.

A estruturação da época moderna, mais visível nos séculos XVI e XVII, foi feita por intermédio de compromissos, imposições e conflitos entre os órgãos estatais, as elites e as populações locais. Durante esse percurso relacional, houve uma consolidação e evolução dos sistemas sociais, fiscais, políticos, militares e económicos. Contribuíram para esses factores um intenso e revolucionário plano de organização, processo esse que foi contínuo em toda a Europa entre 1500 e 1700 (Glete,



Vista aérea da orla
costeira de Viana
do Castelo
(Fonte: Google Earth)

2002), e a adaptação dos serviços estatais e das comunidades à evolução económica e ao desenvolvimento das relações internacionais. Contudo, os empreendimentos levados a cabo pelo Estado requeriam valores monetários muito elevados, que este retirava da sociedade, de uma forma muitas vezes conflituosa (Barros, 2006: 134). Aliadas a todos estes factores estão as estruturas e estratégias defensivas, essenciais para garantir a segurança de bens e cidades. Neste trabalho, procurei esclarecer qual o papel da Fortaleza de Santiago da Barra e outras estruturas defensivas similares na defesa da foz do rio Lima e do litoral, o conseqüente tráfico marítimo que a utilizava e a protecção da cidade de Viana do Castelo e dos seus bens, durante a época moderna, principalmente na época filipina.

“A defesa das povoações, mormente aquelas que se situavam no litoral, exigia grandes cuidados. Primeiramente construíam-se fortalezas, munidas de artilharia pesada, na desembocadura dos rios e nos lugares estratégicos da costa.”

(Moreira, 1995: 61)

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Nos finais da Idade Média até ao início do Século XVII, a Europa sofreu um grande surto demográfico. Na Península Ibérica, esse aumento deu-se até ao final do século XVI, seguido de um declínio acentuado no século seguinte (Oliveira, 1984: 87). O comércio externo dependia em grande parte dos produtos vindos do Ultramar. Durante o século XVI, iria ser intensificado outro tipo de comércio largamente lucrativo, o tráfico de escravos, principalmente oriundos da África e Brasil. O vinho do Porto e o bacalhau passariam, este último mais tarde, a representar também um papel relevante nas transacções comerciais e na economia do país. Apesar das várias crises existentes na altura, como a guerra da independência, a união ibérica e mesmo a perda do império do oriente, só para mencionar algumas, não destruíram a economia portuguesa por completo, mas abalaram-na bastante. A Restauração de 1640, a guerra com Espanha e os cada vez mais intensificados ataques das potências estrangeiras ao nosso Império também contribuíram para esse factor, embora Portugal tentasse fomentar várias relações comerciais, como tentou com o Norte da Europa (Oliveira, 1984: 94). As finanças do império estavam cada vez mais dependentes do que se passava fora do país, nos quatro continentes, apesar de a moeda se

manter estável quase até aos meados do século XVI. Em termos administrativos houve também algumas alterações, apesar de ligeiras. Passou-se a chamar “províncias” às divisões existentes até este período; houve um significativo melhoramento da justiça, com o incremento de mais tribunais fixos no Porto (Relação da Casa do Porto) e em Lisboa (Casa da Suplicação), ao invés de seguirem a corte para onde esta se deslocasse (Oliveira, 1984: 103). Também as contas públicas sofreram alterações, extinguindo os vedores e criando um conselho que os substituiu.



D. Sebastião I
(1554-1578)

As várias reformas, que haviam sido iniciadas por D. Sebastião (1554-1578) e prosseguiram com Filipe II (1527-1598) e Filipe III (1578-1621), desenvolveram vários aspectos administrativos, como a questão da água, da saúde, da segurança pública, esgotos, etc.

Dos monarcas espanhóis vieram as Ordenações Filipinas, que promulgaram várias e importantes leis. No aspecto governativo, foi incrementado o governo por conselhos, que consistia no recrutamento de pessoas competentes do clero, nobreza e burocracia, que, para além de aconselharem o monarca, eram também seus mandatários em vários serviços e negócios (Oliveira, 1984: 107). Filipe II criou, por exemplo, o Conselho da Fazenda, que tratava de aspectos financeiros, económicos e comerciais. A tendência cada vez mais centralista do poder real enfraqueceu enormemente o papel das cortes, que perderam a sua influência. Filipe II recorreu a elas duas ve-



Filipe II, I
de Portugal
(1527-1598)

zes, apenas para cair nas boas graças dos portugueses. Só voltariam a ter um papel importante após a Restauração, mas por pouco tempo. A nobreza desenvolveu-se bastante neste período, em parte porque eram os intermediários entre o rei e o povo para qualquer situação e detinham vários postos de comando, tanto no continente como no Ultramar. Durante o domínio filipino, a sua influência sofreu um declínio, porque para além do facto da nobreza espanhola ser mais abastada e preterida pelo rei, o poder central localizava-se em Madrid, sendo que muitos nobres não se queriam deslocar das suas terras. Houve, por assim dizer, uma guerra das províncias, sob o domínio dos nobres, com o poder de Lisboa, cujo poder partidário era essencialmente espanhol (Oliveira, 1984: 112). No caso do clero, este não perdeu grande influência, pelo contrário, o número de ordens, mosteiros e religiosos continuou a crescer. Quase todos os reis e nobres queriam estar associados de algum modo à Igreja, que colmatavam mandando construir estruturas religiosas. Várias ordens religiosas surgiram neste período das quais refiro a maior de todas, os Jesuítas, chegados ao nosso país nos finais do século XVI, dominando todo o século XVII. A sua influência no ensino era enorme, detendo quase o monopólio deste sector. Foram grandes partidários de D. João IV, devido a várias razões, sendo uma delas o antagonismo existente entre Jesuítas e a Inquisição (Oliveira, 1984: 119).

A Inquisição no nosso país não era realmente justificada. Quase não existiam protestantes e os judeus já tinham sido expulsos ou convertidos. A sua influência variava, consoante o período espacial em que exercia. Era acolhida e mesmo ajudada por uma maioria que via os cristãos-novos como adversários, devido ao papel que desempenhavam na economia do país, sendo estes defendidos pela Coroa, que tinha em vista o poder económico que detinham. A Inquisição era um organismo multifacetado, com ideais ideológicos, económicos e sociais muito próprios, que não beneficiavam em nada a quem se lhes opusesse.

A burguesia cresceu, apesar de estar em permanente batalha com os nobres, o rei e o estrangeiro. Controlavam grande parte do comércio externo e interno, e eram perseguidos não só devido a este facto, mas também devido a serem, em grande parte, cristãos-novos ou descendentes directos destes. A união ibérica foi, no entanto, benéfica para esta classe, pois Madrid sabia qual a importância da existência de uma classe média para a economia do país. O seu declínio deu-se após a Restauração, com o estabelecimento em Lisboa dos estrangeiros, protegidos pelos tratados que Portugal firmou com vários países (Oliveira, 1984: 126). Muito ficará por dizer acerca deste período, que é uma fonte inesgotável de informação, mas terá de ficar para uma outra ocasião, para não me desviar do assunto que tratarei neste trabalho.

As venturas e desventuras de D. António, Prior do Crato (1531-1595), e todos os acontecimentos e batalhas pela independência dariam por si só um volume, pelo que não as descreverei, passando de seguida para o período filipino. Referirei, apenas a título de curiosidade, a suposta passagem do Prior do Crato pela Quinta do Paço de Anha, sita precisamente na freguesia com este nome, onde se diz que aí se terá refugiado em certa ocasião.

Filipe II tinha imensas vantagens para adquirir o trono. Era extremamente poderoso, principalmente para um país debilitado tanto bélica como financeiramente como Portugal se encontrava nesta altura. Era um excelente administrador, procurava sempre a paz interna e dispunha de enormes argumentos monetários, pelo que a nobreza, clero e burguesia se lhe aliaram de imediato, pois consideravam que a União Ibérica lhes traria bastantes benefícios. Claro que o facto de se encontrarem praticamente falidos pesou muito nesta decisão, assim como o medo do que D. António poderia fazer, pois este não era visto com muitos bons olhos pela grande maioria. Os próprios duques de Bragança vergaram-se perante tais argumentos (Oliveira, 1984: 155). Mas não se pense que o domínio de Portugal ficaria inteiramente na mão dos espanhóis. Filipe II teve a política de dar autonomia ao país (nos cinco capítulos assinados em Tomar). A política externa passou, no entanto, a ser comum aos dois reinos. Por outro lado, todos os cargos administrativos, fossem civis, eclesiásticos, de defesa ou da justiça, ficaram inteiramente nas mãos de portugueses. Vice-reis e governadores eram nomeados somente se pertencessem à família real. O Império Ultramarino ficou também a ser governado exclusivamente por portugueses. Não houve tentativa de mudar a língua, nem a moeda, nem as finanças públicas. Do mesmo modo, era proibido qualquer acto discriminatório em relação aos portugueses. Estes podiam mesmo viajar dentro e fora do Império Espanhol (Oliveira, 1984: 157). Em 1583, Filipe II deixa de vez Portugal, deixando em seu lugar o arquiduque Alberto da Áustria, que continuou a sua política, controlado desde Espanha, pelo próprio rei. Portugal aceitou, pelo menos no início, o domínio filipino. Este facto deve-se, sem dúvida, ao retorno da riqueza, do for-



D. António I,
Prior do Crato
(1531-1595)

talecimento do tesouro e da estabilidade do Império que se fizeram sentir. Os finais do século XVI viram ainda enormes reformas administrativas, judiciais e financeiras, inspiradas já no modelo espanhol. A participação na armada invencível contra Inglaterra (1588) foi no entanto um duro golpe, pois a maioria dos galeões portugueses não regressou, arruinando a marinha portuguesa (Oliveira, 1984: 159).

Filipe III sucede então a seu pai. Era muito diferente deste, pela negativa, e entregou o poder nas mãos dos favoritos. Interessava-se muito pouco pelos negócios do país. O poder passou a ser mais centrado em Madrid, as despesas aumentaram, reduzindo o tesouro, e impuseram medidas severas de controlo financeiro. Os espanhóis passaram a fiscalizar as instituições portuguesas e foram nomeados ministros para vários cargos. Todas estas medidas foram bastante impopulares, levando ao Sebastianismo (a crença de que D. Sebastião não morrera e que regressaria para reclamar o trono) e ao posterior desfecho que se deu.

Muito ficou, sem dúvida, por dizer acerca deste período, mas terá de ficar para outra ocasião. A história é uma ciência extremamente abrangente e existe sempre algo que fica por dizer, mas nunca esquecido.

VIANA NO SÉCULO XVI

Vista do porto de mar de Viana do Castelo na actualidade. Note-se (o círculo) com a localização da Fortaleza de Santiago da Barra e o terreno conquistado ao mar (Fotografia: Vitor Roriz) (Arquivo Fotográfico: GACMVC)

O século XVI é, para Viana do Castelo, um período de franca expansão a vários níveis. Aumenta o perímetro urbano, nascem novas artérias e constroem-se praças mais largas. Surgem os primeiros solares e igrejas comuns. Esta riqueza deve-se à excelente utilização, por parte dos homens do mar e mercadores vianenses, dos recursos económicos e financeiros proporcionados pelo ouro e especiarias, que corriam o Brasil, as ilhas do Atlântico e a Europa do Norte. O porto vianense detinha uma frota considerável, que percorria todos estes pontos geográficos, para além do nosso continente.

Existiam mais ou menos quinhentos marinheiros em Viana, assim como uma próspera colónia de mercadores do Norte, como ingleses, flamengos, alemães e franceses que intensificaram este desenvolvimento, escoando vários produtos, como por exemplo o açúcar, para os seus países de origem, não sendo mui-



to perturbados pela pirataria então existente, o que só abonou a favor da prosperidade da cidade (Moreira, 2005: 22). Foi também um século de melhoramento das condições de habitação e dos edifícios públicos, explicado pelo desenvolvimento do porto de mar, através do comércio externo, e pelo aumento demográfico.

“ (...) No cômputo de 1527 a Sede era habitada por 962 fogos e o Termo por 2.104. Em 1590 o crescimento era significativo. Na Vila viviam 8 mil pessoas, sendo 100 fidalgos, 300 viúvas, 200 trabalhadores, 900 marítimos e 400 indiferenciados. Passados 21 anos, contamos 9.000, em que os marítimos atingiam a percentagem de 16.6%. Na década de 40 de seiscentos, os fogos rondavam os 3 mil” (Moreira, 2008: 13).

Para além do açúcar, Viana começou também a exportar vinho (cujas castas principais nos chegavam de Monção), principalmente através das relações comerciais que tínhamos com os ingleses (Abreu, 2005: 23). De Inglaterra vinham os panos, que eram comercializados em grande quantidade, tanto interna como externamente.

“As descobertas marítimas dos séculos XV e XVI deram origem a uma nova fase de desenvolvimento urbano. As cidades portuárias foram aquelas que mais beneficiaram da expansão do comércio (...). Para além de Lisboa, o Porto, Setúbal, Aveiro ou Viana do Castelo são exemplos de outras cidades portuárias que se expandiram ou que foram profundamente reestruturadas no decorrer dos séculos XV e XVI.”

(Teixeira, 1993: 377)

Foi também nesta época que as confrarias e irmandades religiosas ganharam maior força. Surgiram por toda a parte, desde as cidades às aldeias. Em Viana existiam várias. Praticamente todos os devotos de cada igreja, capela ou santo estavam organizados em confrarias, das quais mencionarei, a título de exemplo, San'Ana, S. Nicolau, Almas, S. Domingos e muitas outras. Mas sem dúvida que a que mais se destacou foi a dos Mareantes (1506). Era a maior em número, possuía um excelente valor patrimonial e um forte espírito religioso. Era por isso mesmo uma mistura entre corporação e entidade religiosa. No início, era constituída por mareantes e pescadores. Apenas em meados do século XVI passou a aceitar nobres e membros do clero. Veneravam o Santo Nome de Jesus e tinham também por missão asilar os pobres e os peregrinos (Moreira, 1995, 96).

As confrarias e irmandades religiosas eram um meio, por assim dizer, de combate ao absolutismo e eram a salvação dos mais carecidos, através das suas acções caridosas. As ordens mais beneficiadas continuavam a ser a nobreza e o clero. O povo era condicionado pelo senhorialismo e servilismo da época, pelos impostos, pelo militarismo, por não ter acesso à política e à função pública (o acesso era extremamente limitado) e por lhe ser negado, na maior parte das vezes, o acesso a mecanismos que lhes permitissem produzir. Para além destes factores, ainda sofreram o flagelo das pestes, da fome, da guerra, da pirataria e do quase total analfabetismo.

“A acção libertadora e humanizante das confrarias marca a época moderna (...) para acabar com os restos de feudalismo que oprimia os grupos mais desprotegidos. Trabalharam pela libertação espiritual, material, política e social do homem. Ajudaram a amenizar a dor dos mais infelizes, dentro do espírito evangélico da caridade” (Moreira, 1995: 96)

Entre 1566 e 1586, Viana dispôs de 35 Naus, 44 Navios, 12 Caravelas, 1 Iate, 20 Pinanças e 58 Lanchas de Pesca (Moreira, 1995: 184). Como podemos verificar, era uma frota bastante razoável para a época de que falamos. As conquistas dos vianenses além-mar passam pela descoberta de João Alvares Fagundes (1460-1522) das ilhas da Terra Nova entre 1520-21; da colonização de parte da zona Amazónica por Bento Maciel Parente (1567-1642); e da colónia de Porto Seguro, no Brasil, por intermédio de Pero do Campo Tourinho, que colonizou Porto Seguro, no Brasil, também na primeira metade do século XVI. O comércio de açúcar vindo do Brasil tornou o porto de Viana bastante movimentado, e transformou-se em um dos principais produtos de exportação desta cidade, criando riqueza para esta e para muitas famílias.

Vários conventos são construídos, assim como palácios, tanto da nobreza como da burguesia. Aumenta também a rede viária e renova-se o porto de mar.

Devido à sua posição geográfica e à prosperidade da sua barra, que era bastante movimentada, Viana tornou-se em alvo preferencial de inimigos do país e de corsários e piratas, que pulularam nestes mares durante vários séculos. O século XVI não foi excepção. Fomos atacados por povos mediterrânicos, pelos franceses e galegos, e pelos ingleses aquando da União Ibérica, pois estes últimos eram, na altura, inimigos de Espanha (Moreira, 2008: 100). Os mouros acometiam sobre todo o tipo de embarcações, pois tinham por objectivo a captura de homens, para depois pedirem o seu resgate; os piratas de La Rochelle aprisionaram um frade dominicano aquando do seu regresso da Índia; os ingleses, tinham a preferência de atacar navios vindos do Brasil (Abreu, 2008: 16).

Por isso mesmo, houve a necessidade de proteger a foz do rio e todo o litoral.

AS DEFESAS COSTEIRAS

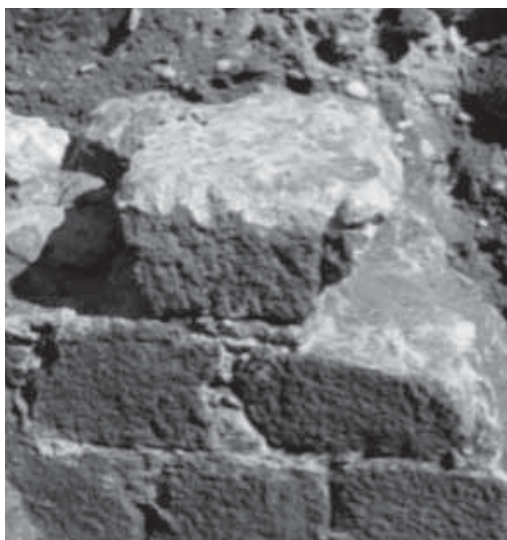
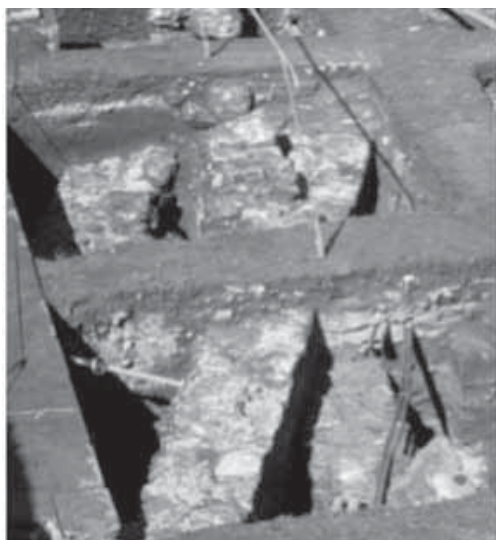
O primeiro forte junto à foz do rio Lima terá sido ordenado por D. Afonso III, *o bolonhês* (1210-1279), e terá sofrido alterações durante o reinado de D. Dinis (1261-1325). Devido ao aumento constante da pirataria, D. Afonso V (1432-1481) mandou construir uma estrutura defensiva na foz do rio, que seria a actual Torre da Roqueta, concluída durante o reinado de D. Manuel I (1469-1521) (Peixoto, 2001: 5).



Torre da Roqueta
(Arquivo Fotográfico:
GACMVC)

A Roqueta, por si só, não era suficiente para garantir a segurança. Entre 1566 e 1572 conclui-se o Forte de Santa Catarina ou Sebástico, já depois de D. Sebastião ter concedido a Viana o título de *notável*, construção essa que incluía também os valados e os fossos. Foi construído junto à Torre da Roqueta, usando esta como cunhal a sudoeste. Era de planta rectangular. Fiz parte da equipa que realizou a intervenção arqueológica para pôr a descoberto estas muralhas. Muito resumidamente, após o término da intervenção, concluiu-se que o muro deste forte era constituído por um duplo muro em granito, de faces paralelas, cuja orientação é SW/NE, faceadas tanto na face este como na face oeste e por esta ordem.

Aspectos da
escavação
arqueológica, onde
se podem observar
pormenores da
muralha Sebastiana.
(Fotografias:
Arquivo particular)



Mapa de localização dos fortes costeiros.
(Fonte: portal.ipv.pt/portal/page/portal/119987221AF...)



O enchimento intramuros era constituído por areia, pedras e seixos. Ambas as faces possuem aparelho praticamente isódomo, de pedras rectangulares, medindo mais ou menos 70 cm de comprimento por 50 cm de largura.

As paredes são verticais e assentam directamente no afloramento rochoso natural.

Devido ao tipo de aparelho, à sua orientação, leitura estratigráfica e também à bibliografia e estudos existentes, supomos que estes muros terão pertencido ao forte construído durante o reinado de D. Sebastião (Abreu e Fernandes, 2008: 25-26-27).

A grande obra decorre já sob o domínio filipino e é conhecida por Fortaleza ou Castelo de Santiago da Barra. As obras iniciaram-se em 1589, por ordem deste rei, e prolongaram-se até 1596.

Mais a norte foi construído o Fortim da Vinha, na freguesia da Areosa e o Fortim do Paço, em Carreço. O primeiro foi construído já no século XVII, durante as guerras da Restauração (1640-1668), para nos defender dos espanhóis. O segundo é da mesma época e contexto, mas terá sido terminado apenas em 1703 (Peixoto, 2001: 18-19). Como podemos constatar, era atribuída uma grande importância à defesa da linha costeira, facto comprovado pelas restantes fortificações existentes em Âncora e Caminha, contemporâneas a estas. O



Fortim da Vinha, Areosa (Fotografia: Arquivo particular)



Fortim do Paço, Carreço (Fotografia: Arquivo particular)

mesmo fenómeno repete-se para sul, cuja existência de fortins deste género é assinalada também em Esposende e Vila do Conde.

TORRE DA ROQUETA

Os períodos que estamos a analisar concernem ao século XVI. No entanto, destaco aqui esta torre, que já atrás referi, e cuja construção data do início do século XV, por ser parte integrante da fortaleza. Nesta torre são visíveis as armas reais, ladeadas por uma esfera armilar e pela cruz de Cristo. Trata-se de uma edificação quadrangular com dois pisos. A título de curiosidade, fica o registo de que o seu interior foi posteriormente transformado em cadeia, onde os presos eram agrilhoados com os pés na água. Na parte superior tem um terraço rectangular apetrechado com dupla guarita e um matacão, que foram introduzidos posteriormente, provavelmente durante a construção do forte sebástico (Moreira, 2005: 56). Tem ainda uma espécie de esplanada orientada para a foz. É toda ela construída em granito e assenta no afloramento rochoso natural. Dominava a barra de Viana devido à sua posição estratégica, mas, como já disse, era insuficiente, devido ao aumento da pirataria e possíveis invasões. Segundo Fernandes Moreira (2005), *“diz a tradição que o rei Venturoso, em 1502, passou por Viana em peregrinação a Santiago de Compostela”*, e terá mandado construir ou reconstruir (pois existem provas de uma fortificação anterior) a torre e reformular os estaleiros navais, condição que se repete em Vila do Conde e Caminha. A presença de blocos siglados está bem patente na roqueta, visíveis mesmo na actualidade.

FORTE DE SANTA CATARINA OU SEBÁSTICO

D. Sebastião ordenou, por volta de 1567, que fossem efectuados estudos tendo em vista a defesa da foz, de modo a que a segurança da povoação fosse garantida. As obras decorreram, como já antes disse, entre 1566 e 1572, devido à preocupação, cada vez maior, de possíveis invasões por parte de piratas e corsários. Já aqui falei da intervenção arqueológica, e em como este forte aproveitava a Roqueta como cunhal. Resta-me apenas dizer que as escavações provaram que a orientação das muralhas sebastianas é para noroeste, a partir da Roqueta, e seria de planta quadrangular e não trapezoidal. Convém no entanto salientar que esta afirmação se baseia naquilo que se constatou durante a intervenção arqueológica, já que os muros deste forte formam um ângulo recto de 90° junto à Roqueta. Não foi possível estender a escavação nesta direcção, pois isso implicaria derrubar parte das escadas de acesso à fortaleza actual, facto que não foi possível concretizar. Mas tudo aponta para um formato quadrangular. Este forte foi concluído, como já referi-

mos, ainda durante o reinado de D. Sebastião, que terminou, como reza a história, tragicamente em 1578.

FORTALEZA DE SANTIAGO DA BARRA

Como já disse antes, a grande obra acontece durante o domínio filipino, entre 1589 e 1596 (Moreira, 2005: 62). Foi construída no seguimento da política defensiva de Filipe II, provocada pelo antagonismo entre Espanha e Inglaterra, ou seja, entre os reis católicos e o anglicanismo inglês. A rainha inglesa incentivava (ou fechava os olhos) o movimento de corsários no sul do Atlântico, facto que mantinha as povoações do litoral sempre em alerta. Um outro motivo prende-se com a política regional. Viana era mais próspera que Braga e Guimarães e não ficava muito atrás do Porto. Mantinha, só para transacções comerciais com o Brasil, perto de cem navios de grande calado. Residia na cidade, como já antes referi, uma próspera colónia de estrangeiros, que fomentavam enormes trocas comerciais com os seus países de origem. Vários destes estrangeiros eram proprietários de vários engenhos e sistemas de exportação de açúcar. Convém também referir que a população de Viana não era a favor da União Ibérica, sendo partidários do Prior do Crato, onde este, como já acima referi, se terá refugiado. Os vianenses eram obrigados, por muitas vezes, a albergar nas suas residências soldados espanhóis, o que dava azo a inúmeros desacatos (Moreira, 2005: 62). Devido a todos estes factores, a notícia da ampliação ou reformulação deste baluarte foi bem recebida por todos. O povo sentir-se-ia mais seguro e os militares espanhóis teriam um local para permanecer.

Por ordem de Filipe II as obras iniciaram-se em 1589, seguindo nova tecnologia e arquitectura militar, tendo terminado por volta de 1596. Para o descrever, vou servir-me das palavras de Catarina Oliveira (2003) do então Instituto Português do Património Arquitectónico, actual IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico):

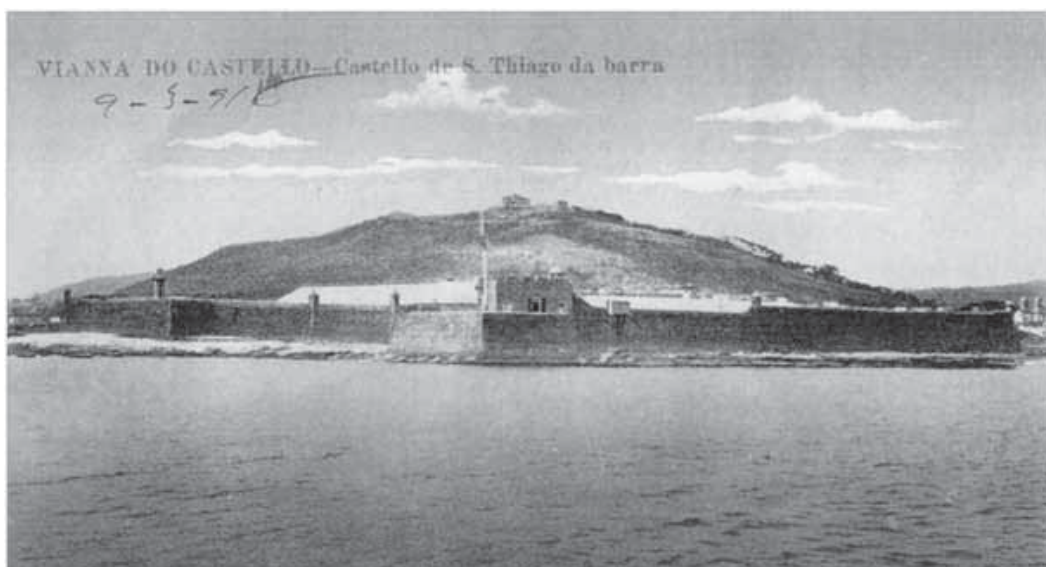
“Traçado por Filippo Terzi, o Forte de Santiago é uma edificação de planta poligonal constituída por muralhas de perfil trapezoidal, reforçadas por baluartes triangulares nos vértices voltados a terra, havendo com guaritas de planta circular nos cunhais. A entrada na fortaleza é feita por ponte larga sobre o fosso que a circunda, conduzindo a um portal de arco de volta perfeita ladeado por pilastras, encimado pelo brasão de D. João de Sousa, governador do forte em 1700, e rematado na cornija pelo escudo de Portugal. No interior do forte, ao qual se tem acesso por um corredor abobadado, pode ver-se ao fundo o edifício principal, de planta rectangular de três registos com alçado ritmado por três portais, sendo o principal enquadrado por arco de volta perfeita rematado com cartela e ladeado por colunas encimadas por balaústres em meio relevo, rematado pelo escudo real. Os portais laterais são de moldura em arco de volta perfeita sem decoração. Ao longo de toda a fachada foram abertas janelas em ambos os registos. O edifício possui ainda janelas de mansarda. A norte situa-se a Capela de Santiago, de planta longitudinal, com capela-mor rectangular e frontispício terminado em empena, com sineira à direita. Fronteiro a esta situa-se o paiol, edifício de planta quadrangular de um registo, com portal de volta perfeita encimado pelo escudo de Portugal e rematado em empena triangular. Integrada na zona sudoeste da fortaleza, situada num terraço que se forma no segundo registo, ergue-se a Torre da Roqueta, com entrada pelo adarve, através de rampa.”



Vista aérea da fortaleza de Santiago da Barra
(Fonte: Google Earth)

Postal de 1916, onde é visível a Fortaleza de Santiago da Barra e a Roqueta em toda a sua plenitude, antes da construção dos Estaleiros Navais. Note-se que o mar encostava directamente nesta.

(Fonte: Arquivo particular)



Quanto à autoria de Terzi, esta é defendida por Matos Reis (1986: 6), mas podia ter sido architectada por Tiburcio Spanochi, que andava também por estas paragens (Peixoto, 2001:10). O seu interior aproxima-se dos 25000 metros quadrados, com um perímetro de cerca de 622 metros, que englobam a Roqueta, a Capela e várias outras construções de teor militar, como o paiol, o quartel, cavalariças, armazéns e casa do Governador. A construção foi relativamente rápida e exigiu certamente vastos recursos económicos, para não falar da mão-de-obra. Um facto curioso prende-se com a existência da Capela de Santa Catarina existente no seu interior. Esta era a padroeira dos homens do mar, que não ficaram satisfeitos com a possibilidade de não a poderem venerar aquando do término da fortaleza. A Câmara resolveu o assunto erigindo uma nova capela fora do recinto amuralhado, para onde transferiram o culto da santa e também a sede da confraria dos Pescadores. A capela original passou a ser denominada de capela de Santiago (que, a título de curiosidade, era patrono da coroa espanhola), nome pelo qual se passou a denominar também a fortaleza.

O granito e a terra necessários para a construção vieram do monte de Santa Luzia, transportados por lavradores dos arredores da cidade. A escolha de granito deve-se sem dúvida à abundância deste nesta região e ao facto de este ser mais resistente do que a argila. Factor que se repete nos restantes fortes ao longo da costa.

A rapidez com que foi concretizada e a sua dimensão mostram-nos a importância que os órgãos de soberania atribuíam a Viana no decorrer do século XVI, devido sem dúvida à riqueza que esta gerava, e, claro, a razões bélicas que já mencionei, como a questão espanhola e inglesa e a pirataria.

Como vemos, o desenvolvimento que a cidade sentiu desde o século XV e durante o século XVI foi causa de um constante aumento de defesas, quase todas costeiras, que se prolongaram através dos séculos.

A única excepção, para além das já referidas, reporta à muralha medieval, que se provou insuficiente para proteger Viana, daí a construção de defesas costeiras, iniciadas por D. Afonso III e terminadas na época da Restauração. Perduraram até aos nossos dias, infelizmente nas condições precárias em que a grande maioria se encontra.



Aspecto da muralha filipina na actualidade
(Arquivo Fotográfico: GACMVC)



Aspecto da entrada principal na actualidade
(Arquivo Fotográfico: GACMVC)

CONCLUSÃO

Todo este património militar, em permanente contacto com o oceano, mostra-nos qual a importância que o litoral vianense tinha para o país. Para além de marcos da nossa história colectiva, este património transmite às futuras gerações o imenso respeito e coragem existente entre o litoral e a paisagem humanizada. Apesar de ter tentado cingir-me apenas ao século XVI, convém salientar que a história bélica de Viana do Castelo remonta já aos tempos pré-históricos, atravessando todas as idades (do bronze, do ferro, da romanização, da época medieval, da época moderna, de Napoleão, etc.), tendo sempre sobrevivido, de uma maneira ou de outra. Viana sempre sentiu a necessidade de defesa, visível em todos os povoados fortificados da idade do Bronze e do Ferro, em todas as atalaias e castelos medievais, em torres e fochos que existem no concelho, nas suas muralhas e nos seus fortes. A história bélica foi comum a todos os povos ao longo dos séculos. Viana não foi excepção. A defesa de qualquer cidade era uma necessidade, uma obrigação.

Numa altura em que o porto marítimo de Viana do Castelo se desenvolvia cada vez mais, surge a necessidade de expandir as defesas militares, fruto da importância alcançada pelo comércio marítimo internacional. Ao mesmo tempo que as estruturas portuárias evoluíam, era necessário protegê-las, a elas e aos habitantes da cidade. O porto de Viana sempre esteve ligado ao oceano Atlântico, desde tempos imemoriais. Existe pelo menos um suposto porto de origem romana em Viana, que se encontra praticamente ao lado do Fortim da Vinha, na Areosa. Por aqui já vemos que o tráfego marítimo de Viana era bastante remoto. Há quem diga que os fenícios terão cá chegado, mas não existem provas. Numa intervenção arqueológica que teve lugar no Castro de Moldes, em Castelo do Neiva (onde também existiu uma atalaia e um castelo roqueiro), foi descoberta uma pequena malga, com uma flor na parte inferior, visivelmente de tradição grega. Isto prova que havia relações comerciais com povos longínquos, nomeadamente do Mediterrâneo.

O porto de Viana do Castelo esteve sempre ligado ao comércio e negócios desenvolvidos por aqueles que dele usufruíam. Adaptou-se perfeitamente ao tráfego comercial existente na época moderna, principalmente com o Brasil.

Todo este movimento e tráfego comercial levaram Viana a uma extrema necessidade de defesa, principalmente ao longo do litoral. Tiveram o seu início com D. Afonso III, sofrendo alterações durante o reinado de D. Dinis, continuando sempre a crescer durante os reinados de D. Afonso V e D. Manuel I. Mas foi principalmente durante o século XVI, com D. Sebastião e Filipe II que estas defesas conheceram a sua maior evolução, evolução essa, que no caso da Fortaleza de Santiago da Barra, continuou ao longo dos séculos seguintes.

CRONOLOGIA

Alguns dos principais eventos do século XVI:

- 1500 – Descobrimto oficial do Brasil, por Pedro Alvares Cabral;
- 1500 – Provável nascimento de Garcia da Horta, médico e naturalista;
- 1502 – Fundação da feitoria portuguesa de Cochim, na Índia;
- 1502 – Reformas de D. Manuel I;
- 1502 – Primeiro carregamento de pau-brasil para Portugal;
- 1502 – Início da construção do Mosteiro dos Jerónimos;
- 1503 – Transformação da feitoria de Cochim em fortaleza;
- 1505 – D. Francisco de Almeida substitui Tristão da Cunha como Vice-rei da Índia, devido a este último se encontrar cego;
- 1506 – Massacre dos judeus, em Lisboa;
- 1506 – Conclusão da Custódia de Belém, supostamente da autoria de Gil Vicente;
- 1507 – D. Afonso de Albuquerque toma Ormuz, no Golfo Pérsico;
- 1507 – Ocupação portuguesa da Ilha de Moçambique;
- 1508 – Cerco de Arzila, em Marrocos;
- 1508 – Conquista de Safim, em Marrocos;
- 1508 – Fundação da cidade do Funchal, na ilha da Madeira;
- 1509 – Afonso de Albuquerque é nomeado Vice-rei da Índia;
- 1509 – Publicação do Regimento da Casa da Índia e da Casa da Mina;
- 1509 – Coroação de Henrique VIII, em Inglaterra;
- 1510 – Conquista de Goa por Afonso de Albuquerque, que passa a ser a capital da Índia Portuguesa;
- 1511 – Após a conquista de Malaca (Malásia), Afonso de Albuquerque envia navios para as ilhas Molucas (Indonésia) em busca de especiarias;
- 1512 – Publicação das *Ordenações Manuelinas*;
- 1512 – O tecto da Capela Sistina, da autoria de Miguel Ângelo, é mostrado ao público pela primeira vez;
- 1513 – Jorge Alvares torna-se o primeiro europeu a desembarcar na China, na ilha de Lintin;
- 1513 – Maquiavel escreve *O Príncipe*, tratado de filosofia política;
- 1513 – Embaixada portuguesa à Corte do Papa Leão X;
- 1513 – Tomada de Azamor, em Marrocos;
- 1514 – Inicia-se a construção da Torre de Belém;
- 1516 – Publicação do *Livro de Duarte Barbosa*;
- 1516 – Ocupação de Timor;
- 1517 – Os portugueses alcançam Cantão, na China;
- 1517 – Martinho Lutero publica as *Noventa e Cinco Teses*. Início da Reforma.

- 1518 – D. Manuel I casa-se com D. Leonor da Áustria;
- 1519 – Leonardo da Vinci termina a *Mona Lisa*, pouco antes da sua morte;
- 1519 – Início da primeira viagem de circum-navegação da Terra de Fernão de Magalhães, ao serviço de Carlos V;
- 1520 – Fim da Reforma dos Forais;
- 1521 – Morte de D. Manuel I, subindo ao trono D. João III;
- 1521 – Morte de Fernão de Magalhães em Cebu (Filipinas) durante uma batalha;
- 1524 – Ano provável do nascimento de Luís Vaz de Camões;
- 1524 – Nomeação de Vasco da Gama para Vice-rei da Índia;
- 1524 – Morte de Vasco da Gama, em Cochim;
- 1525 – Cortes de Torres Novas;
- 1525 – Desenvolvimento da exploração salífera no rio Sado;
- 1525 – D. João III casa com Catarina da Áustria;
- 1528 – Viagem terrestre entre Índia e Portugal, por António Tenreiro;
- 1529 – É assinado o Tratado de Saragoça, determinado a posse das ilhas Molucas;
- 1529 – Cerco de Viena, em que os otomanos são derrotados pelos austríacos;
- 1531 – Terramoto em Lisboa;
- 1531 – Ruptura da igreja anglicana com a igreja Católica;
- 1531 – Guerra civil Inca, entre os Atahualpa e Huascar;
- 1532 – Conquista espanhola do império Inca, liderada por Francisco Pizarro;
- 1532 – Início da colonização no Brasil;
- 1532 – D. João III cria quinze capitânias para defesa do território brasileiro;
- 1534 – Acto de Supremacia na Inglaterra, em que Henrique VIII se auto-proclama chefe da igreja, rompendo com Roma;
- 1536 – Nasce o Santo Ofício em Portugal, instituído pelo Papa Paulo III;
- 1537 – D. João III transfere definitivamente a Universidade para Coimbra;
- 1537 – Tentativa de D. João III de delimitar rigorosamente a fronteira luso-castelhana;
- 1539 – Início do Santo Ofício em Lisboa;
- 1540 – Princípio da censura pelo Tribunal do Santo Ofício;
- 1540 – Primeiros autos de fé;
- 1540 – Instala-se a Companhia de Jesus em Lisboa;
- 1541 – Forma-se o Tribunal do Santo Ofício no Porto;
- 1541 – Forma-se o bispado de Miranda do Douro;
- 1542/43 – Os primeiros mercadores portugueses, entre eles Fernão Mendes Pinto, chegam ao Japão;
- 1542 – Principia o abandono de das primeiras cidades conquistadas em África;
- 1545 – Primeira sessão do Concílio de Trento;

- 1548 – A dinastia Ming proíbe o comércio e manda encerrar os portos chineses;
- 1549 – Tomé de Sousa nomeado Governador-geral do Brasil;
- 1554 – Nasce D. Sebastião I, em Lisboa;
- 1555 – Feitoria de Lourenço Marques (actual Maputo), em Moçambique;
- 1557 – Chi-Tsung, imperador chinês, doa Macau a Portugal;
- 1557 – Morte de D. João III;
- 1557 – D. Catarina toma a regência de Portugal;
- 1559 – Holanda ocupa o nordeste brasileiro;
- 1562 – Regência do cardeal D. Henrique após o abandono de D. Catarina;
- 1563 – Última sessão do Concílio de Trento;
- 1565 – Nasce a cidade de Rio de Janeiro, fundada por Estácio de Sá;
- 1568 – Aclamação de D. Sebastião;
- 1572 – Primeira edição de *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões;
- 1578 – Campanha africana para tentar recuperar as cidades abandonadas por D. João III;
- 1578 – Batalha de Alcácer Quibir, onde perece grande parte da nobreza portuguesa e D. Sebastião desaparece, criando uma luta pela sucessão;
- 1578 – Sucessão do cardeal D. Henrique;
- 1578 – Nasce Filipe III, II de Portugal, em Madrid;
- 1581 – Início do domínio filipino, que se prolongou até à Restauração, em 1640;
- 1583 – Filipe II deixa o seu sobrinho, o Arquiduque Alberto da Áustria, a governar Portugal, e parte definitivamente para Madrid;
- 1588 – A Armada Invencível de Espanha é derrotada na costa inglesa, onde também pereceram inúmeros navios portugueses, fruto da União Ibérica então em vigor;
- 1595 – Compilação de todas as leis que existiam no reino;
- 1598 – Holanda invade o Brasil. Olivier van Noort é no entanto repellido no seu ataque ao Rio de Janeiro;
- 1598 – Morte de Filipe II, I de Portugal, subindo ao trono Filipe III, II de Portugal;
- 1599 – William Shakespeare escreve Hamlet.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, Alberto Antunes (2005), *Para a História de Viana do Castelo – Ensaios II*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo;

Abreu, Alberto Antunes (2008), *História de Viana do Castelo, 2º Vol. – 2º Tomo*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo;

Abreu, Alberto Antunes; Fernandes, Francisco Rui de Carvalho (2008), *Intervenção Arqueológica no Castelo de Santiago da Barra, Viana do Castelo, em 2001-02 e 2006*. Cadernos Vianenses, Tomo 41, Pp: 19-32: Câmara Municipal de Viana do Castelo;

Barros, Amândio Jorge Morais (2006), *O porto de Viana e a construção do Cais da Alfandega (1631 -1633)*, Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA, Porto, III Série, Vol. 7, pp. 133 – 147;

Fernandes, Francisco José Carneiro (1999), *Tesouros de Viana – Roteiro Monumental e Artístico*. Edição do Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo;

Glete, Jan (2002), *War and the State in Early Modern Europe. Spain, the Dutch Republic and Sweden as Fiscal-Military States, 1500 – 1660*. Londres e Nova Iorque: Routledge;

Marques. A. H. de Oliveira (1984), *História de Portugal Vol. II – do renascimento às Revoluções Liberais*. Lisboa: Palas Editores;

Moreira, Manuel António Fernandes (1995), *Os Mareantes de Viana e a Construção da Atlantidade*, Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo;

Moreira, Manuel António Fernandes (2005), *A História de Viana do Castelo, em dispersa I*. Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo;

Moreira, Manuel António Fernandes (2008), *Os Vianenses na Construção do Novo Mundo – Séc. XVI-XVII*, Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo;

Peixoto, António Maranhão (2001), *O Litoral de Viana e a sua Arquitectura Militar*. Edição do Arquivo Municipal de Viana do Castelo;

Reis, António Matos (1986), *Castelos do Alto Minho e outras Fortificações de interesse histórico na área do Distrito de Viana do Castelo*. Viana do Castelo;

Teixeira, Manuel C. (1993), *A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes*. *Análise Social*, Vol. XXVIII (121), 1993 (2. º), 371-390.

LINKS

<http://pt.wikipedia.org>
<http://www.igespar.pt/>

IMAGENS

www.anossaescola.com/idanha/ficheiros/recurso...
portal.ipvc.pt/portal/page/portal/119987221AF...
vedrografias2.blogspot.com/2009/05/29-de-maio...